



**TJPE**

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO CANTO  
3ª CÂMARA CÍVEL

**Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento n. 335.352-4.**

Agravante: Sul América Companhia Nacional de Seguros

Agravados: Arlete Tamarindo de Oliveira Farias e outros

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

**EMENTA:** Processual Civil. Recurso de Agravo. Ação de Indenização Securitária. Competência da Justiça Estadual. Súmula e Precedentes deste Tribunal. Agravo a que se nega provimento.

- 1- Na ação de indenização securitária decorrente de seguro habitacional, não há interesse jurídico a autorizar a intervenção da Caixa Econômica Federal - CEF como assistente da Seguradora. Súmula nº 94 do TJ-PE. Mesmo após a edição da Medida Provisória nº 513/2010, convertida na lei nº 12.409/2011, esta Corte de Justiça vem se manifestando pela competência da Justiça Estadual para apreciação da presente demanda.
- 2- Agravo a que se nega provimento.

**ACÓRDÃO:** Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo no Agravo de Instrumento n. 335.352-4 em que figuram como agravante e agravados as partes acima indicadas, por unanimidade, **ACORDAM** os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco em **negar provimento ao agravo**, na conformidade do relatório, voto e ementa que integram este julgado.

Recife,

25.9.14

**EDUARDO SERTÓRIO CANTO**

Desembargador Relator



**TJPE**

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO CANTO  
3ª CÂMARA CÍVEL

**Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento n. 335.352-4**

Agravante: Sul América Companhia Nacional de Seguros

Agravados: Arlete Tamarindo de Oliveira Farias e outros

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

**RELATÓRIO**

**Ação Originária:** envolve a cobrança de seguro habitacional em decorrência de vícios estruturais no imóvel de propriedade dos demandantes, adquirido junto ao Sistema Financeiro da Habitação - SFH.

**Decisão agravada** exarada pelo Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Petrolina (fls. 32/33): rejeitou a intervenção da Caixa Econômica Federal no feito, bem como a remessa dos autos para a Justiça federal.

**Agravo de instrumento da SUL AMÉRICA** (fls. 02/24): pretende a reforma da decisão recorrida no tocante ao indeferimento da remessa dos autos à Justiça Federal, para que seja declarada a incompetência da Justiça Estadual.

**Este juízo proferiu decisão terminativa (fls. 232/234), objeto do presente recurso, no sentido de negar seguimento ao recurso da Sul América.**

**Contra tal decisão, interpõe a Sul América o presente recurso de agravo**, reproduzindo alegação constante do Agravo apenso, postulando a remessa dos autos à Justiça Federal tendo em vista a existência de interesse no feito da Caixa Econômica Federal.

Ao final, requer seja exercido o juízo de retratação, com consequente revogação da decisão recorrida; não havendo reconsideração, requer o julgamento Colegiado do recurso em apelo, de modo a reformar a decisão terminativa.

É o relatório. Feito independente de pauta.

Recife, 07.07.14

**EDUARDO SERTÓRIO CANTO**  
Desembargador Relator

**Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento n. 335.352-4****Agravante:** Sul América Companhia Nacional de Seguros**Agravados:** Arlete Tamarindo de Oliveira Farias e outros**Relator:** Des. Eduardo Sertório Canto**VOTO**

Por não exercer o juízo de retratação, apresento os presentes autos para julgamento.

Em linhas gerais, a presente lide envolve a competência da Justiça Estadual na indenização securitária decorrente de vícios em construções financiadas pelo SFH (Sistema Financeiro de Habitação).

A questão da competência para julgar o feito foi amplamente explorada na decisão terminativa agravada, devendo ser mantida por seus próprios fundamentos, que passo a reiterá-los pontualmente:

"(...)

A agravante, **SUL AMÉRICA**, postula a remessa dos autos à Justiça Federal, tendo em vista a existência de interesse no feito da Caixa Econômica Federal.

A questão posta cinge-se em saber se compete à Justiça Federal ou Estadual processar e julgar as ações de indenização securitária vinculada ao Sistema Financeiro da Habitação e se há interesse da Caixa Econômica Federal e da União na demanda.

A competência da Justiça Federal determina-se em razão da pessoa (*ratione personae*), nos termos do art. 109, inciso I, da Constituição Federal. Sendo obrigatória a intervenção da Caixa Econômica Federal (empresa pública federal) no feito, seja como autora, ré, assistente ou oponente, a competência é da Justiça Federal.

A assistência é modalidade de intervenção de terceiro que pressupõe a existência de interesse jurídico. O interesse jurídico do terceiro consubstancia-se numa relação jurídica mantida com o assistido, a qual poderá ser afetada a depender do julgamento da causa. A intervenção do assistente no processo é facultativa. A lei não impõe a participação do assistente no processo.

No tocante à questão material discutida na origem - indenização securitária decorrente de seguro habitacional, não há interesse jurídico a autorizar a intervenção da Caixa Econômica Federal como assistente da Seguradora.

No caso em apreço, a ação originária versa sobre pedido de indenização securitária com fundamento em Cobertura da Apólice Habitacional contratada junto à instituição seguradora, pessoa jurídica de direito de privado.

O seguro, contrato acessório no financiamento imobiliário, envolve apenas a Seguradora e os segurados. A responsabilidade por essa relação securitária diz respeito tão somente à Seguradora.

A Caixa Econômica Federal - CEF passou a ser a gestora do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, com a edição da Portaria nº 243, de 28 de julho de 2000, pelo Ministério da Fazenda. A ela é atribuída a administração dos recursos provenientes do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS e o controle do recebimento dos prêmios e o pagamento das indenizações (art. 5º, I e III, da Portaria nº 243, de 28 de julho de 2000).

Os objetivos básicos do FCVS é garantir o equilíbrio do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação, permanentemente e a nível nacional, e quitar, junto aos agentes financeiros, os saldos devedores remanescentes de contratos de financiamento habitacional, firmados com mutuários finais do Sistema Financeiro da Habitação (Lei nº 7.682/88, art. 1º).

Acontece, porém, que as indenizações do seguro habitacional – SH são pagas com recursos próprios, sendo registrados em uma conta específica denominada Fundo de Equalização de Sinistralidade da Apólice de Seguro Habitacional – FESA, subconta do FCVS.

O Fundo de Equalização de Sinistralidade da Apólice de Seguro Habitacional – FESA é constituído por capital privado, proveniente dos prêmios pagos pelos mutuários do Sistema Financeiro Habitacional. Os recursos carreados ao FESA são, pois, de natureza privada, não havendo qualquer vinculação com o erário.

O FESA permanece autônomo, pois os seus recursos não se comunicam contabilmente com os recursos do FCVS. Não se pode confundir, pois, os recursos do FESA com os do FCVS.

Na origem, os agravados pretendem indenização securitária sem qualquer comprometimento dos recursos do FCVS, cujo destino é, primordialmente, a cobertura de eventuais saldos devedores residuais dos contratos de financiamento de imóvel pelo Sistema Financeiro de Habitação.

A Caixa Econômica Federal - CEF é mera administradora do seguro habitacional do Sistema Financeiro de Habitação. Controla, supervisiona e define as diretrizes dos fundos financeiros com o objetivo de manter a higidez do sistema financeiro da habitação no país.

Depreende-se, assim, que a CEF não tem interesse jurídico na presente demanda, pois não mantém relação jurídica com a Seguradora que possa ser afetada pelo julgamento da causa. A eventual procedência dos pedidos formulados pelos apelados na petição inicial não irá afetar os recursos do FCVS ou o erário.

Em relação ao enunciado de súmula 150 do STJ, segundo o qual "*competê à justiça federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da união, suas autarquias ou empresas públicas*", de ser dito que não impede o afastamento da alegação de interesse da CEF ou da União, quando sem fundamentação razoável do ponto de vista jurídico, ou por absoluta impossibilidade física (ver Theotonio Negrão, Código de Processo Civil, 34ª ed. p. 49).

Ademais, os enunciados de súmula dos Tribunais Superiores não possuem eficácia vinculante, ressalva-se apenas a *súmula vinculante*, criada pela Emenda Constitucional nº 45/2004, cuja competência para a edição, revisão e cancelamento é exclusiva do STF.

Esses mesmos fundamentos valem para o enunciado de súmula 327 do STJ, segundo o qual "*nas ações referentes ao Sistema Financeiro da Habitação, a Caixa Econômica Federal tem legitimidade como sucessora do Banco Nacional da Habitação*."

Acrescento apenas que a súmula nº. 327 do STJ se aplica aos casos nos quais se discute o contrato de financiamento, suas cláusulas, reajuste das prestações, execução hipotecária etc<sup>1</sup>. Não incide naqueles casos nos quais se pretende indenização securitária, como é o dos autos.

<sup>1</sup> Consulte os precedentes que deram origem ao enunciado de súmula 327 do STJ: (AgRg no REsp 155706/PE, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/05/2000, DJ 26/06/2000 p. 137), (REsp 97943/BA, Rel. Ministro FRANCIULLI NETTO, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/03/2001, DJ 18/02/2002 p. 280), (REsp 163249/SP, Rel. Ministro FRANCISCO PECANHA MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/08/2001, DJ 08/10/2001 p. 191), (REsp 191940/RS, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/03/1999, DJ 03/05/1999 p. 104), (REsp 271339/BA, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 05/10/2000, DJ 20/11/2000 p. 303) (REsp 289155/RJ, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR,

É dominante o entendimento jurisprudencial segundo o qual a Caixa Econômica Federal, sendo mera administradora de fundo de seguro habitacional, cujo montante deve ser repassado à seguradora, não tem interesse jurídico na ação de indenização securitária.

Confira o seguinte precedente do Superior Tribunal de Justiça:

REGIMENTAL. SEGURO HABITACIONAL. COMPETÊNCIA. JUSTIÇA ESTADUAL. SÚMULA 7. REEXAME DE PROVAS. SÚMULAS 283 E 284/STF.

- Nas ações em que se discute contrato de seguro adjecto ao mútuo hipotecário, a competência para o respectivo processo e julgamento é da Justiça Estadual; a lide aí se trava entre seguradora e mutuário, sem que a sentença possa, de modo algum, comprometer os recursos do Sistema Financeiro de Habitação. Precedentes. - Se o acórdão recorrido concluiu, com base na prova e na interpretação do contrato de seguro, que os danos sofridos por imóveis estão inseridos na cobertura reclamada, o STJ não pode rever tal conclusão (Súmula 7). (AgRg no REsp 811069/PR, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/12/2007, DJ 12/12/2007 p. 416)(grifos)<sup>2</sup>

A ministra Nancy Andrighi do Superior tribunal de Justiça assim se manifestou no Agravo de Instrumento nº. 1.068.876:

"... Nas ações em que se discute contrato de seguro adjecto ao mútuo hipotecário, a competência para o respectivo processo e julgamento é da Justiça Estadual; a lide aí se trava entre seguradora e mutuário, sem que a sentença possa, de modo algum, comprometer os recursos do Sistema Financeiro de Habitação. Precedentes" (STJ - AI nº. 1.068.876 - SC; Rel. Nancy Andrighi; publicado em 03/12/2008, julgado em 27/11/2008).

O TJPE tem jurisprudência iterativa nesse sentido, a saber:

"AGRAVO. ART. 557, §1º; CPC. CIVIL. SEGURO. FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO. COMPETÊNCIA. CAIXA SEGURADORA. AGRAVO IMPROVIDO.- O Colendo Superior Tribunal de Justiça já se manifestou quanto à competência da Justiça Estadual para processar e julgar os processos cujo objeto sejam pretensões securitárias, nos quais figure como parte a Caixa Seguradora S/A, nova denominação da SASSE - Cia Nacional de Seguros Gerais, pessoa jurídica de direito privado, que não tem prerrogativa de litigar na Justiça Federal (STJ, CC 46.309/SP, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 23.02.2005, DJ 09.03.2005 p. 184).- Por outro lado, não há interesse jurídico que justifique a participação da Caixa Econômica Federal ou da União Federal, como litisconsortes ou terceiros intervenientes, uma vez que não é objeto da lide primitiva qualquer controvérsia acerca do contrato de financiamento imobiliário mantido com o Sistema Financeiro da Habitação - SFH, mas apenas a pretensão resistida de haver a cobertura dos danos sinistrados pela companhia seguradora" (Recurso de Agravo nº. 146253-9/01; Rel. Frederico Ricardo de Almeida Neves, 1ª Câmara Cível, julgado 3/6/2008)<sup>3</sup>.

O Tribunal Regional Federal da 5ª Região tem esse mesmo entendimento, a saber:

QUARTA TURMA, julgado em 05/04/2001, DJ 04/06/2001 p. 160), (REsp 295370/BA, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07/02/2002, DJ 18/03/2002 p. 177).

<sup>2</sup> No mesmo sentido: CC 18.249/RS, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 11/12/1996, DJ 18/02/1997 p. 2361). CC 18198/RS, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/08/1997, DJ 29/09/1997 p. 48105). (CC 21.412/RS, Rel. Ministro MILTON LUIZ PEREIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/06/1998, DJ 08/09/1998 p. 4).

<sup>3</sup> No mesmo sentido: (Recurso de Agravo nº. 159015-4/01; Rel. Antenor Cardoso Soares Junior; 1ª Câmara Cível; julgado em 22/1/2008), (Agravo de Instrumento nº. 146808-4; Rel. Bartolomeu Bueno; 3ª Câmara Cível, julgado em 17/1/2008), (Agravo de Instrumento nº. 169353-2; Rel. Cândido José da Fonte Saralva de Moraes; 2ª Câmara Cível; julgado em 13/8/2008), (Recurso de Agravo nº. 146143-8/01; Rel. Bartolomeu Bueno; 3ª Câmara Cível; julgado em 28/2/2008), (Recurso de Agravo nº. 158970-6/01; Rel. Eduardo Augusto Paura Peres; 6ª Câmara Cível; julgado em 22/1/2008), (Recurso de Agravo nº. 155642-5/01; Rel. Antenor Cardoso Soares Junior; Relator para o acórdão Itamar Pereira da Silva Júnior; 1ª Câmara Cível; julgado em 22/1/2008).

"SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. REPARAÇÃO DE DANOS DECORRENTES DE VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO. CONTRATO DE SEGURO. ILEGITIMIDADE DA CEF. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. 1. (...)

2. Nos casos, como o presente, em que se postula indenização decorrente de vício de construção, a presença da CEF não se justifica, porquanto inexistentes efeitos reflexos sobre o financiamento contratado, acarretando, por conseguinte, despicienda a tramitação da demanda na Justiça Comum Federal.

3. O Seguro Habitacional - é certo - é administrado pela Caixa e constitui cláusula obrigatória nos contratos firmados no âmbito do SFH. Não obstante, é formado a partir do pagamento efetuado pelos mutuários juntamente com a prestação, não envolvendo recursos públicos.(...)" (Agravos de Instrumento nºs 85946; Rel<sup>a</sup>. Joana Carolina Lins Pereira; 2ª Turma; julgado em 08/04/2008; publicado no DJ em 28/04/2008, p. 404 - nº 80)<sup>4</sup>.

Ademais, restou sumulado em 02/10/2009 neste Tribunal ser da Justiça Estadual a competência para apreciar ações envolvendo seguro habitacional, *verbis*:

**Súmula 94. A Justiça Estadual é competente para julgar ações de seguro habitacional.**(grifos)

Mesmo após a edição da Medida Provisória nº 513/2010 convertida na lei nº 12.409/2011 esta Corte de Justiça vem se manifestando pela competência da Justiça Estadual para apreciação da presente demanda, consoante se infere dos julgados abaixo transcritos:

EMENTA - RECURSO DE AGRAVO. DECISÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 557 DO CPC. **LEI 12.409/2011. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. DEMANDA SECURITÁRIA. COMPETÊNCIA ESTADUAL. RECURSO DESPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.** - (...) - O advento da Lei nº 12.409/2011 não afasta a competência da Justiça Comum para a prestação jurisdicional. Isso porque inexistente interesse jurídico da CEF, já que a lide diz respeito a contrato de seguro adjeto a contrato de mútuo. (...). Recife, 18/10/2011. Dés. Frederico Ricardo de Almeida Neves - Relator Recurso de Agravo nº 0255447-2/01. Primeira Câmara Cível. Dje 31.10.2011.(grifos)

E mais:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. APÓLICE DO SH/SFH. **COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. VALOR DOS HONORÁRIOS PERICIAIS. INDICAÇÃO DO NOME E ENDEREÇO DO PERITO: DESNECESSIDADE. EXORBITÂNCIA: INOCORRÊNCIA. PAGAMENTO APÓS A SENTENÇA FINAL: IMPOSSIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO. JULGAMENTO UNÂNIME.** Não sendo parte na demanda nenhum dos entes elencados no art. 109, I, da Constituição Federal, não há que se falar em competência da Justiça Federal para julgar ação securitária. A admissão da participação de terceiro como assistente simples está condicionada, para além do requerimento, à demonstração inequívoca de seu interesse jurídico na causa, sendo certo que o interesse meramente econômico não oportuniza a assistência. (...) (20794320078171590 PE 0020474-61.2011.8.17.0000, Relator: Frederico Ricardo de Almeida Neves, Data de Julgamento: 11/04/2012, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: 78/2012)<sup>5</sup>(grifos)

Por fim, destaco recentes decisões demonstrando haver posição firme deste Tribunal a respeito da competência da Justiça Estadual para julgar as

<sup>4</sup> No mesmo sentido: (Agravos de Instrumento nºs 84182 - TRF5ª; Rel. Luiz Alberto Gurgel de Faria, 2ª Turma; julgado em 29/07/2008; publicado no DJ em 20/08/2008, p. 204, nº 160).

<sup>5</sup> No mesmo sentido: 230641120118170000 PE 0001311-61.2012.8.17.0000, Relator: Frederico Ricardo de Almeida Neves, Data de Julgamento: 31/01/2012, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: 27/201248862920118170480; 0020202-67.2011.8.17.0000, Relator: Frederico Ricardo de Almeida Neves, Data de Julgamento: 10/01/2012, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: 1464906420118170370; 0017906-72.2011.8.17.0000, Relator: Antônio Fernando de Araújo Martins, Data de Julgamento: 08/11/2011, 6ª Câmara Cível, Data de Publicação: 214/2011.

causas envolvendo a ação de indenização securitária provenientes do SFH, *verbis*:

EMENTA: Civil e Processual Civil - Seguro Habitacional - Agravo - Decisão Monocrática Terminativa - Agravo de Instrumento - Indenização Securitária - Competência da Justiça Estadual - Restaurada a Jurisprudência do STJ que fixa a competência da Justiça Estadual para casos desse jaez - O presente recurso não trouxe novos argumentos que tivesse o condão de modificar a decisão agravada. Recurso não provido. Decisão unânime.

Agravo Regimental nº 278998-2/02. Relator: Des. Sílvio de Arruda Beltrão. Órgão Julgador: Terceira Câmara Cível. Data: 18/10/2012.<sup>6</sup>(grifos)"

Portanto, não há razão para a reforma da decisão terminativa recorrida, destacando-se a competência da Justiça Estadual para processar e julgar a presente ação de indenização securitária.

Diante do exposto, voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao presente agravo legal, mantendo a decisão terminativa em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 25.9.14

**EDUARDO SERTÓRIO CANTO**  
Desembargador Relator

<sup>6</sup>No mesmo sentido: Areg 252109-5/01. Relator: Des. Stênio Nelva Coelho. Órgão Julgador: 5ª Câmara Cível. Data: 18.10.12.